Monitor Mercantil

ISSN 1980-9123
Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

31 de julho de 2026 ● Ano CVII ● Número 30.151

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00

CONFIDÊNCIAS DE PAULO BRANCO

Livro escrito por seu filho resgata a trajetória do jornalista. Por Paulo Alonso, **página 2**

JUNIOR REPRESENTA FAMÍLIA LUCINHA

Thiago seria o candidato a deputado, mas desistiu. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

OBRIGATORIEDADE DE GUIA DE TURISMO

Lei determina presença do guia, mesmo em grupos fechados. Por Bayard Do Coutto Boiteux, **página 3**

PIB dos EUA no 2º trimestre desacelera para 1,5%

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA desacelerou inesperadamente no segundo trimestre, com a economia expandindo a uma taxa anualizada de 1,5%, enquanto indicadores de inflação subjacente permaneceram persistentemente elevados, segundo dados oficiais divulgados nesta quinta-feira.

A estimativa preliminar divulgada pelo Bureau of Economic Analysis (BEA) para o período de abril a junho ficou bem abaixo das expectativas do mercado, que previam uma taxa de crescimento de 2,1%. O resultado também representa uma desaceleração notável em relação ao primeiro trimestre, quando o PIB cresceu 2,1%.

Segundo o BEA, o aumento nos gastos dos consumidores, nos investimentos e nas exportações sustentou a expansão econômica geral. No entanto, esses ganhos foram parcialmente compensados por uma queda nos gastos do governo. As importações, que são subtraídas nos cálculos do PIB, aumentaram 11,5% no segundo trimestre, em comparação com 11,8% no primeiro trimestre.

Vitor Kayo, economista sênior da Nomad, afirma que o resultado, mais fraco que o esperado, confirma que o conflito entre Irã e EUA já pesa sobre a atividade estadunidense pela via dos preços de energia, embora o consumo ainda resista.

"O investimento pesado em inteligência artificial continua funcionando como contrapeso ao ambiente de custos mais altos de combustível, sustentando parte do crescimento mesmo com a gasolina mais cara desde o início da guerra. Para o segundo semestre, o sinal de cautela vem da poupança das famílias, próxima da mínima em quatro anos, o que limita o fôlego do consumo caso a energia continue pressionando a renda disponível", projeta Kayo.

Contudo, o relatório também destacou pressões inflacionárias crescentes. O índice de preços das compras internas brutas saltou 5,7% no segundo trimestre, ante alta de 3,6% no trimestre anterior.

O índice de preços de despesas de consumo pessoal (PCE) — a medida de inflação preferida pelo Federal Reserve (Fed) — subiu 5,1%, ante um aumento de 4,6% no primeiro trimestre. Mesmo excluindo os custos voláteis de alimentos e energia, o núcleo do índice de preços PCE registrou uma alta sólida de 3,4%.

Juros das famílias aumentam para 64% ao ano, segundo o BC

Inadimplência alcança 5,6%, alta em 12 meses

As Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas nesta quinta-feira pelo Banco Central, mostram que os juros cobrados das famílias continuam altos, assim como a inadimplência e o comprometimento da renda.

A taxa média de juros do crédito livre às pessoas físicas alcançou 64% ao ano em junho, com alta de 1,2 ponto percentual (pp) no mês e de 4,6pp em 12 meses.

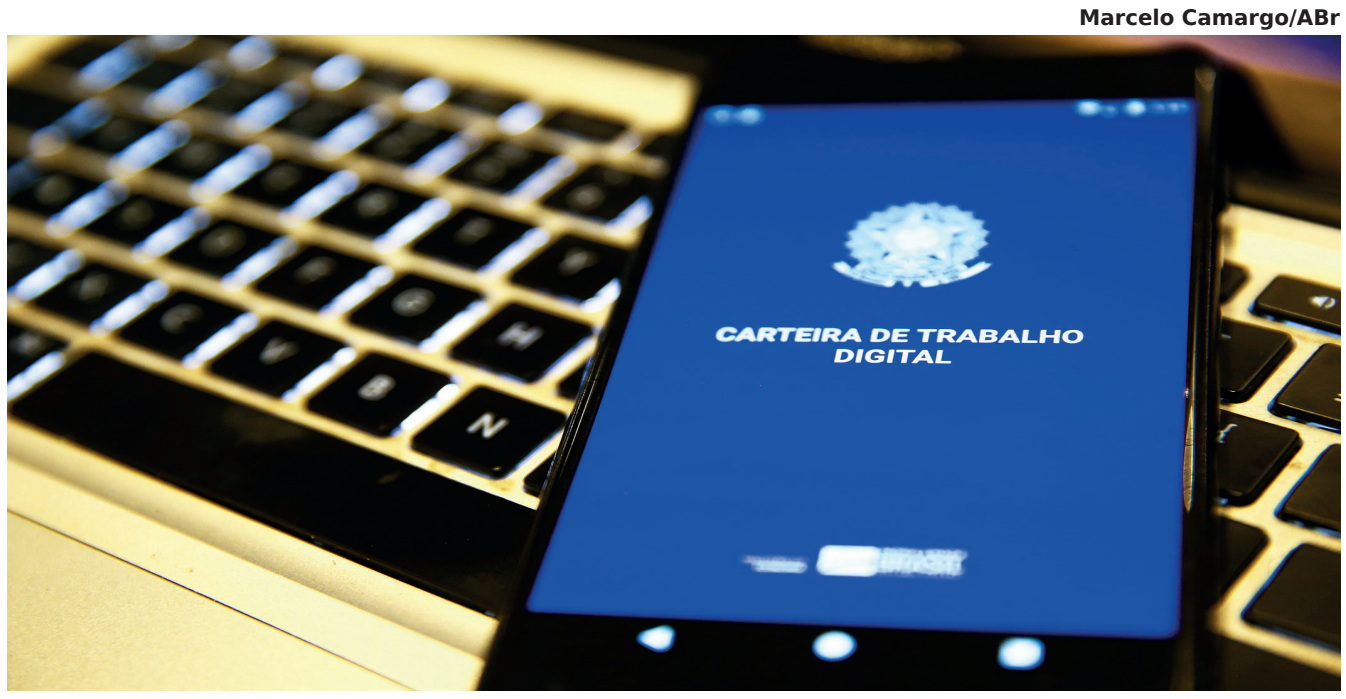
Segundo o BC, pesou principalmente o aumento das taxas do crédito pessoal não consignado, que subiram 7pp no período.

Considerando todas as modalidades de crédito, a taxa média de juros das concessões atingiu 33,4% ao ano, com elevação de 0,2pp em relação a maio e de 1,5pp na comparação anual. O spread bancário ficou em 21,9pp, estável no mês e 1,1pp acima do registrado há um ano.

A inadimplência da carteira total de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em 4,7% em junho, estável em relação ao mês anterior, mas 1 ponto percentual acima do verificado em igual período do ano passado. Entre as famílias (pessoas físicas), a taxa permaneceu em 5,6%, com elevação de 1,2pp em 12 meses.

O endividamento das famílias brasileiras alcançou 49,8% em maio, com redução de 0,1pp no mês e aumento de 0,9pp em 12 meses. Já o comprometimento da renda com o pagamento de dívidas chegou a 28,5%.

Marcelo Camargo/ABr



Desemprego no 2º trimestre é o menor já registrado no período

A taxa de desemprego no segundo trimestre ficou em 5,4%, atingindo o menor nível já registrado desde 2012, quando começa a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. O resultado representa queda em relação ao primeiro trimestre do ano (6,1%) e na comparação com o mesmo período de 2025, quando estava em 5,8%. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No segundo trimestre, o Brasil atingiu o número de 103,1 milhões de pessoas ocupadas, cerca de 1,081 milhão a mais que no primeiro trimestre. Esse patamar é o maior já registrado em qualquer período da Pnad.

Já o número de desocupados era de 5,9 milhões, o que representa 10% (718 mil pessoas) a menos que no primeiro trimestre.

Na comparação entre o primeiro e o segundo trimestres, os grupamentos que se destacaram na criação de vagas foram: Transporte, armazenagem e correio: +3,9% (mais 235 mil pessoas); Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais: +2,6% (mais 489 mil pessoas).

A Pnad mostra que no período de três meses de abril a junho, o país tinha 39,4 milhões de trabalhadores com carteira assinada – o maior de toda a pesquisa do IBGE - e 13,6 milhões sem carteira.

A taxa de informalidade - proporção de trabalhadores informais na população ocupada - foi de 37,4% no segundo trimestre.

O rendimento médio do trabalhador brasileiro ficou em R$ 3.738, o maior já registrado para um segundo trimestre. No entanto, fica abaixo do apurado no primeiro trimestre de 2026. (R$ 3.765).

Apesar de recorde histórico de baixa no desemprego no período, o rendimento fica no campo da estabilidade, segundo o analista da pesquisa William Kratochwill, porque as novas contratações costumam pagar na média ou abaixo dos demais salários.

Os dados que revelam um mercado de trabalho aquecido coincidem com um período em que o Brasil vivencia alta taxa básica de juros, a chamada Selic, determinada pelo Banco Central (BC), atualmente em 14,25%.

Kratochwill ressalta que o próprio mercado de trabalho se retroalimenta, suavizando o impacto do juro alto no emprego. "Quando tem mais gente ocupada, o consumo aumenta, aumentam encomendas, produção... O próprio mercado de trabalho pode estar dando essa contribuição para que as pessoas continuem contratando", avalia.

Ele aponta que um dos efeitos do aquecimento pode ser percebido no número de desalentados, ou seja, de pessoas que sequer procuravam trabalho, por acreditarem que não encontrariam vagas, que ficou em 2,3 milhões, caindo 14,7% (menos 365 mil pessoas) na comparação com o primeiro trimestre.

Por proteção, bancos centrais retomam compras de ouro

Divulgado nesta quinta-feira, o novo relatório do World Gold Council mostra que os bancos centrais voltaram a ampliar de forma significativa suas reservas de ouro. As compras líquidas chegaram a 289 toneladas no segundo trimestre de 2026, alta de 62% em relação ao mesmo período do ano anterior e volume recorde para um segundo trimestre. No primeiro semestre, a demanda global pelo metal movimentou US$ 380 bilhões, maior valor já registrado para o período.

Após atingir o recorde de US$ 5.405 por onça em janeiro, o ouro passou por uma correção acentuada, caiu para perto de US$ 4 mil no fim de junho e se estabilizou próximo desse patamar em julho. Para o investidor brasileiro, o movimento ocorre em um ambiente de Selic em 14,25%, incertezas fiscais, ano eleitoral e oscilações cambiais, reforçando o debate sobre a exposição a ativos que não dependem exclusivamente do risco doméstico. Adriano Murta, advogado tributarista e especialista em investimentos internacionais, avalia que o comportamento do metal funciona como um termômetro da busca global por proteção.

"A valorização do ouro reflete uma combinação de fatores econômicos e geopolíticos. Entre eles estão a persistência de riscos inflacionários, as incertezas sobre o crescimento econômico global, o elevado endividamento de diversas economias e o aumento das tensões internacionais. Em momentos de instabilidade, investidores tendem a buscar ativos considerados mais seguros, e o ouro historicamente ocupa esse papel".

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,0790
Dólar Turismo	R$ 5,1123
Euro	R$ 5,8566
Iuan	R$ 0,7518
Ouro (gr)	R$ 670,71

ÍNDICES

IGP-M	
	-1,16% (julho)
	-0,50% (junho)
IPCA-E	
	RJ (março) 0,46%
	SP (março) 0,52%
Selic	14,25%
Hot Money	0,63%

Ines249

Confidências de Paulo Branco

Por Paulo Alonso

Uma música de Gonzaguinha diz que cada pessoa carrega as lições de tantas outras que cruzaram o seu caminho. Somos feitos das histórias, dos valores e dos exemplos de quem veio antes de nós. O saudoso jornalista carioca Paulo Cezar Branco tem parte da sua rica e corajosa trajetória profissional lembrada por seu filho, Paulo Branco, que lançará, às 17h desta sexta-feira, 31 de julho, na Casa de Mystérios, na Gamboa, a obra *Em Confidência: as memórias de um jornalista de coragem*. Em agosto, o livro será lançado em Vassouras.

Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu 21 anos sob uma sangrenta ditadura militar. A ruptura institucional, com a deposição do presidente João Goulart e a promulgação de atos institucionais — o mais cruel deles, o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968 pelo então presidente-marechal Arthur da Costa e Silva — promoveu a perseguição aos seus oponentes, o cerceamento do pensamento crítico e o empobrecimento de grande parte da população.

Durante esse período, muitos opositores do regime autoritário foram para o exílio; outros foram torturados; muitos desapareceram e inúmeros morreram. Mas houve aqueles que, apesar das perseguições e dos processos judiciais, se mantiveram atuantes no território nacional.

O livro narra parte da vida de um desses personagens: o bravo jornalista Paulo Cezar Branco. Nascido em 1948, em Vassouras, no interior do Rio de Janeiro, Branco, durante os anos de chumbo, enfrentou a repressão de frente. Foi preso, em 1968, por distribuir panfletos críticos ao regime e respondeu a numerosos processos, enquanto trabalhava no jornal Tribuna da Imprensa — um dos veículos mais perseguidos pelo regime e, igualmente, um dos mais importantes daquela época sombria do país.

Além das batalhas judiciais, também teve em seu encalço o SNI (Serviço Nacional de Informações), que, em um dos muitos documentos secretos sobre o jornalista, descreveu:

"1 – PAULO CEZAR BRANCO, jornalista, nascido no Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro de 1948, filho de Mário Branco e de Wadia Silva Branco;

2 – Registra o epigrafado os seguintes antecedentes:

a) em 1968, era proprietário de uma 'boutique' em VASSOURAS/RJ;

b) participou ativamente das agitações estudantis ocorridas no Rio de Janeiro, em 1968, quebrando e incendiando viaturas;

c) em 28 de setembro de 1968, foi preso em Vassouras/RJ por estar distribuindo panfleto de sua autoria, intitulado 'VASSOURAS SABOTADA'."

Ora, nada que desabonasse a conduta do profissional para justificar que fosse encarcerado, preso e até torturado. No pós-ditadura, a partir de 1985, Paulo Branco seguiu com um jornalismo combativo, acumulando ações judiciais por suas denúncias, todas elas, diga-se de passagem, procedentes. No cenário internacional, destacou-se como defensor da soberania dos países árabes, sobretudo da Palestina, chegando a encontrar-se com Yasser Arafat, então líder da OLP.

Para além do contexto político e profissional, o livro, de autoria do filho do jornalista, também é marcado pelo reencontro póstumo entre pai e filho, trazendo a visão política de ambos, interseccionada com histórias pessoais e de outros personagens do jornalismo e da política brasileira e mundial.

Os filhos, naturalmente, se comparam aos pais, e isso é um fardo e tanto. Felizes são aqueles que driblam essa questão e vão fazer outra coisa ou a mesma, mas de maneiras distintas. Foi o caminho que Paulo Cezar Branco Filho resolveu trilhar.

De início, ele correu daqueles caminhos e foi, literalmente, lutar. Lutar contra a sombra e a favor de uma trilha própria que, no seu caso, iniciou-se nos ringues. Essa escolha, não há como negar, foi uma oposição brutal.

O tempo natural da sua reconciliação acabou anulado pelo próprio destino, e ele teve de elaborar a sua relação sem a presença do pai. Uma covardia, talvez.

Por sinal, a morte precoce de uma figura como Paulo Cezar Branco, com tanto para contar e ensinar, deveria ser proibida. Mas, diante do impossível, restou ao filho, sempre uma antena ligada no mundo, apenas o tempo de amadurecimento e o entendimento para conviver melhor com a dor — a partida do seu querido pai.

Esse tempo, segundo o autor, os afinou. "As oposições foram se diluindo, tornando-se apenas insumos para que eu o entendesse e fosse me descobrindo, sendo quem sou. Com o tempo, harmonizei-me com as lembranças, os exemplos e o gosto pela leitura, pela escrita e pela política. Enfim, em muitos lugares descobri que, da minha maneira, tenho muito dele em mim."

A tabelinha entre Paulo Branco, pai, e Paulo Branco Filho não aconteceu em vida, infelizmente, mas permanece na imaginação e no amor que o filho tem por contar um pouco da sua história e registrar parte da sua memória.

Uma narrativa da mais alta qualidade, com passagens emocionantes e históricas, que nos faz refletir sobre o horror vivido em um dos momentos mais conturbados da história do Brasil, quando os brasileiros não podiam se pronunciar e o cerceamento à liberdade de imprensa era total e absoluto.

Mas jornalistas ousados, como Paulo Cezar Branco, estiveram presentes e, mesmo enfrentando tantas e cruéis dificuldades, conseguiram denunciar, de alguma forma, os trágicos acontecimentos daqueles anos de obscurantismo e de covardia contra homens e mulheres que queriam apenas a liberdade de viver. Uma obra para ser lida e apreciada com a máxima atenção e tomada como lição, para que o Brasil jamais volte a passar por situações semelhantes.

Paulo Alonso é jornalista.

Segurança, desenvolvimento e o futuro do Rio

Por Aldo Gonçalves

O Rio de Janeiro não vencerá seus desafios econômicos enquanto a violência continuar fazendo parte da rotina da cidade. Mais do que um problema de segurança pública, a criminalidade tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento, à geração de empregos, aos investimentos e à qualidade de vida.

O comerciante conhece essa realidade como poucos. Ao abrir as portas diariamente, ele convive com a insegurança que afasta consumidores, reduz a circulação de pessoas, encarece seguros, exige investimentos permanentes em vigilância e tecnologia e aumenta os custos de toda a operação. É uma conta que ultrapassa os limites das empresas e acaba sendo paga por toda a sociedade. E nessa conta nem estamos incluindo a perda irreparável de vidas e o terror imposto a comerciantes em várias regiões da cidade.

A percepção de insegurança não é fruto apenas da sensação das pessoas. Dados recentes do Instituto de Segurança Pública mostram que roubos de veículos e de cargas continuam pressionando o ambiente econômico do estado. Ao mesmo tempo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelou que o Rio de Janeiro esteve entre os poucos estados que registraram aumento dos roubos e furtos de celulares em 2025, um retrato que ajuda a explicar por que a população convive com o medo em seu cotidiano.

Os reflexos dessa realidade vão muito além das ocorrências policiais. Quando consumidores evitam determinadas regiões, quando empresários adiam investimentos, quando turistas deixam de circular livremente ou quando mercadorias precisam vencer uma logística cada vez mais cara e complexa, toda a economia perde dinamismo. O comércio sente esses efeitos de forma imediata, mas seus impactos alcançam toda a cadeia produtiva e comprometem a capacidade de crescimento do estado.

É preciso reconhecer que segurança pública não se constrói apenas com policiamento. Ela depende de inteligência, integração entre os poderes, combate efetivo ao crime organizado e continuidade das políticas públicas. E depende também de educação de qualidade, saúde eficiente, mobilidade urbana, qualificação profissional e oportunidades de trabalho. Essas áreas não competem entre si; ao contrário, são partes de uma mesma estratégia para tornar o Rio mais seguro, mais competitivo e socialmente mais justo.

O debate ganha ainda mais importância às vésperas de um novo ciclo eleitoral. Não se trata de escolher este ou aquele candidato, mas de compreender que as decisões tomadas nas urnas definirão quem terá a responsabilidade de formular políticas públicas capazes de enfrentar problemas que se arrastam há décadas. O eleitor tem o direito – e o dever – de avaliar propostas, capacidade de gestão, compromisso com o desenvolvimento e disposição para apoiar os setores que geram emprego, renda e arrecadação.

O comércio é um dos maiores empregadores do país e um dos primeiros setores a sentir os efeitos das boas e das más decisões do poder público. Quando a segurança melhora, as ruas voltam a ser ocupadas, os investimentos encontram ambiente favorável e a atividade econômica ganha força. Quando ela falha, perde o empresário, o trabalhador e o consumidor. Perde o Rio de Janeiro.

Mais do que discutir estatísticas, este é o momento de discutir prioridades. O estado que desejamos construir depende de políticas públicas consistentes, capazes de devolver à população o direito de viver sem medo e de criar um ambiente onde empreender, investir e trabalhar deixem de ser atos de coragem para voltar a ser instrumentos de desenvolvimento. Afinal, tudo o que é bom para o comércio é bom para a sociedade. E tudo o que é bom para a sociedade é, necessariamente, bom para o comércio.

Aldo Gonçalves é presidente do SindilojasRio, CDL-Rio e diretor da Fecomércio RJ.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

Ines249

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO

AMIGO DO RIO

www.embaixadoresdorio.com.br

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Obrigatoriedade de guia de turismo

Tours organizados, mesmo de forma privativa, para grupos fechados, devem ter a presença de um guia de turismo com Cadastur. É o que prevê a legislação de turismo em vigor. Fica a dica!

Fora da realidade

Organizar almoço beneficente de R$ 1.200 para 350 pessoas no Gávea Golf Club não é a forma mais adequada, nem possível para muitas pessoas, de ajudar os mais necessitados. Acabam aderindo pessoas que querem mostrar poder econômico, mesmo se endividando. Não seria melhor promover pequenos eventos para várias entidades?

Pode isso?

A parceria da CBF com a Yelum Seguros estampará a logomarca da empresa nos cartões amarelos em jogos nacionais. Tem realmente amparo legal? Se a moda pega, os cartões vermelhos ganham outro patrocinador.

Grife nacional

Bolsas únicas, feitas por Juliana Mendes e sua mãe, com ferragens em ouro 24 quilates, custam R$ 20 mil. Bem mais baratas do que as das grandes grifes, as artistas de Bezerros, Pernambuco, têm uma fila de espera de um ano para o trabalho feito a mão. Viva o luxo artesanal brasileiro.

OnlyFans para marmotas

Com a redução drástica do financiamento para pesquisas científicas pelo governo Trump, a Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), criou no OnlyFans um espaço para divulgar vídeos e fotos de marmotas. Haja criatividade.

Crononutrição

Em recente episódio do podcast Apaixonados pelo Rio, o nutricionista Matheus da Silva Oliveira apresentou um novo conceito: crononutrição, que elenca os melhores momentos para o consumo de certos alimentos. No YouTube, está o podcast na íntegra.

Ventania

Durante a ventania que tomou conta do Rio, um grupo de espectadores teve a sessão do filme *Homem-Aranha: Um Novo Dia*, no UCI do BarraShopping, interrompida por mais de 30 minutos, sem nenhuma explicação. *Quelle loucura*…

Luta conjunta

Quatro países africanos acabam de formar um cartel do cacau: Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Camarões, que representam mais de 70% da matéria-prima mundial. Resolveram disputar uma fatia maior dos US$ 130 bilhões em receitas do setor. Atualmente, eles recebem apenas US$ 13 bilhões.

Frase da semana

"Sorriem mais do que sentem. Abraçam mais do que respeitam. Prometem almoços, jantares, encontros e parcerias que nunca cumprem. Recebem convites, mas desconhecem o significado da reciprocidade. A gratidão lhes é estranha, porque o interesse sempre fala mais alto. Não são amigos, mas personagens de um espetáculo permanente, prisioneiros da própria vida e da necessidade de parecer importantes." – *Bayard do Coutto Boiteux*

Arrecadação cresce 7,7% em junho e soma R$ 264,4 bi

Receita: Salários e importações contribuíram para o resultado

A arrecadação das receitas federais alcançou R$ 264,4 bilhões em junho deste ano, com crescimento real de 7,7% em relação ao mesmo mês de 2025, já descontada a inflação. No acumulado do primeiro semestre, as receitas somaram cerca de R$ 1,587 trilhão, avanço real de 6,6% na comparação com os seis primeiros meses do ano passado.

Segundo a Receita Federal, do total arrecadado em junho, R$ 255,3 bilhões correspondem às receitas administradas pelo ente público. Entre os fatores que contribuíram para o resultado estão o comportamento favorável dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação, como a atividade econômica, a massa salarial e as importações.

Entre os tributos que mais contribuíram para o aumento da arrecadação estão o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A arrecadação conjunta desses tributos somou R$ 33,2 bilhões em junho, com alta real de 20,4% em relação ao mesmo mês do ano passado.

A arrecadação previdenciária atingiu R$ 64,48 bilhões em junho, com crescimento real de 4,7% na comparação com o mesmo período de 2025. De acordo com a Receita, o resultado foi favorecido pelo aumento real da massa salarial e pela redução da desoneração da folha de pagamento, com os efeitos da reoneração gradual das contribuições patronais.

Também contribuíram para o resultado os tributos relacionados ao comércio exterior e aos rendimentos financeiros. A arrecadação vinculada às importações aumentou 22,87% em relação a junho do ano passado, impulsionada pelo crescimento das importações. Já o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos de capital registrou alta real de 12,4%, refletindo o desempenho das aplicações financeiras.

Governo Central tem déficit de R$ 48,2 bi em junho

Os gastos com saúde e previdência fizeram o Governo Central registrar déficit primário de R$ 48,2 bilhões em junho, segundo dados divulgados nesta quinta-feira pelo Tesouro Nacional. O resultado representa aumento em relação ao mesmo mês de 2025, quando o saldo negativo foi de R$ 44,2 bilhões, e é o maior déficit registrado para o mês desde 2023, em valores corrigidos pela inflação.

O Governo Central reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. O resultado primário considera apenas receitas e despesas do governo, sem incluir os gastos com juros da dívida pública. Nos últimos 12 meses, o déficit acumulado chegou a R$ 144,1 bilhões, o equivalente a 1,08% do Produto Interno Bruto (PIB).

O resultado de junho foi formado por: Tesouro Nacional - déficit de R$ 2,45 bilhões; Previdência Social - déficit de R$ 50,47 bilhões; Banco Central - déficit de R$ 155 milhões. O maior impacto negativo continuou vindo da Previdência Social, cujas despesas superaram as receitas do sistema.

O resultado primário mede a diferença entre tudo o que o governo arrecada e tudo o que gasta, sem considerar os juros da dívida pública. Quando as receitas são maiores que as despesas, há superávit. Quando os gastos superam a arrecadação, há déficit. Esse indicador é acompanhado de perto porque mostra a capacidade do governo de manter as contas públicas equilibradas. Entre janeiro e junho, o Governo Central acumulou déficit de R$ 92,2 bilhões.

O resultado é superior ao déficit de R$ 11,3 bilhões observado no mesmo período de 2025.

No semestre, o saldo foi composto por: Superávit do Tesouro Nacional - R$ 144,3 bilhões; Déficit da Previdência Social - R$ 236,2 bilhões; Déficit do Banco Central - R$ 324 milhões.

Receita cresce

Segundo a Agência Brasil. Mesmo com resultado negativo, a arrecadação aumentou em junho.

A receita líquida do Governo Central somou R$ 195,2 bilhões, alta de 10,3% acima da inflação sobre o mesmo mês de 2025. Entre os principais fatores que impulsionaram a arrecadação estão: aumento da arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); crescimento da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); maior arrecadação do Imposto de Importação; e avanço das receitas obtidas com a exploração de recursos naturais, impulsionadas pelos royalties e pela comercialização de petróleo e gás da União.

No acumulado do ano, a receita líquida alcançou R$ 1,255 trilhão, crescimento real (acima da inflação) de 5,6%.

As despesas também cresceram. Em junho, os gastos totais chegaram a R$ 243,4 bilhões, alta real de 9% em relação ao mesmo mês do ano passado. Os principais aumentos ocorreram em: benefícios previdenciários; ações na área da saúde; abono salarial e seguro-desemprego; despesas com pessoal; e créditos extraordinários, incluindo medidas ligadas à política de subsídios ao diesel.

No acumulado do semestre, as despesas totalizaram R$ 1,347 trilhão, crescimento real de 12,3%, ritmo superior ao da arrecadação. Entre as maiores altas no ano estão: benefícios previdenciários (+R$ 44,8 bilhões); despesas discricionárias (+R$ 41,9 bilhões); precatórios e sentenças judiciais (+R$ 35,6 bilhões); e gastos com o funcionalismo e encargos sociais (+R$ 20,5 bilhões).

As receitas de dividendos pagos por empresas estatais diminuíram. Em junho, o governo recebeu R$ 2,39 bilhões, abaixo dos R$ 2,75 bilhões registrados no mesmo mês de 2025. No acumulado do ano, os dividendos somam R$ 10,47 bilhões, contra R$ 24,95 bilhões no primeiro semestre do ano passado.

Os investimentos federais, gastos com obras públicas e compra de equipamentos, cresceram em junho. Foram aplicados R$ 7,75 bilhões, alta real de 18% sobre o mesmo mês de 2025.

De janeiro a junho, os investimentos alcançaram R$ 49,8 bilhões, avanço real de 65,7% na comparação anual.

Meta fiscal

A meta fiscal do governo para 2026 prevê um superávit primário de R$ 34,3 bilhões, equivalente a 0,25% do PIB. O valor desconsidera gastos com precatórios e algumas despesas com saúde, educação e defesa excluídas da meta.

A legislação estabelece uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, permitindo que o resultado fique zerado ou atinja superávit de 0,5% do PIB sem que a meta seja considerada descumprida.

Na última revisão do Orçamento, divulgada na semana passada, o governo projetou encerrar o ano com superávit de R$ 10,8 bilhões após os abatimentos permitidos por lei. Sem esses descontos, a estimativa oficial aponta para déficit de R$ 52 bilhões.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Ines249

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Junior da Lucinha

Junior vai representar a família 'Lucinha' nas eleições

Sobrou para o caçula da família "Lucinha" a missão de tentar um mandato parlamentar nas eleições deste ano. O vereador Junior da Lucinha foi confirmado na nominata do PSD para deputado estadual. A mãe dele, a deputada Lucinha, queria ser candidata a deputada federal, mas foi vetada por causa das denúncias de envolvimento com a milícia na Zona Oeste do Rio. O outro filho de Lucinha, Thiago da Lucinha, seria o candidato a deputado estadual, mas desistiu de concorrer.

Moto social

É do deputado Anderson Moraes (PL) o projeto de lei, em tramitação na Alerj, que reconhece como de relevante interesse social e cultural do Estado do Rio de Janeiro as atividades promovidas por motoclubes, motogrupos, motocar clubes e associações similares que se dediquem ao motociclismo ou ao automobilismo como forma de expressão cultural, convívio comunitário, preservação de tradições, integração social e promoção da cidadania.

Jardim de Alah, patrimônio do Estado

Deputado estadual Dionísio Lins

A Lei 11.262, de 3 de julho, de autoria do deputado Dionísio Lins (PP), pode impedir a construção de um shopping no Jardim de Alah, tradicional área verde entre os bairros de Ipanema e Leblon, na Zona Sul do Rio. Aprovada na Alerj, a Lei foi vetada pelo governador, mas o veto foi derrubado e a Lei foi sancionada pelo presidente da Alerj, deputado Douglas Ruas (PL). A Lei transformou o local em Patrimônio Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, que, assim, deverá ser preservado em sua finalidade original como área verde de lazer da população.

Agricultura familiar

É de autoria do deputado Val Ceasa (PRD) a lei que destina 30% da área da Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, localizada no bairro de Irajá, à comercialização de produtos da agricultura familiar e do produtor rural. A Ceasa abastece toda a região metropolitana do Rio com frutas, legumes, verduras e flores.

Estacionamento gratuito em shopping

Assim que terminar o recesso parlamentar, a Alerj deve votar o projeto de lei que proíbe a cobrança de estacionamento em shoppings, centros comerciais, galerias, centros empresariais com área comercial integrada e estabelecimentos similares localizados no estado. A iniciativa é do deputado Filippe Poubel (PL).

Rio de Janeiro necessita de planos de adaptação climática

As rajadas de vento superiores a 100 km/h provocaram um cenário de caos, nesta quarta-feira, no Rio de Janeiro e em cidades da Região Metropolitana. Pessoas feridas, outras mortas, casas destelhadas, restaurantes e bares com prejuízo, árvores tombadas, postes caídos, semáforos quebrados entre muitas outras situações que causaram medo na população.

A Casa Fluminense que - ao lado de outras organizações e lideranças de diversos territórios da região metropolitana do Rio de Janeiro - vem monitorando as gestões públicas por meio do Painel Climático e construindo propostas de enfrentamento à crise através da Agenda Rio 2030. A organização cobra planos de adaptação climática para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Segundo Luize Sampaio, gerente programática da Casa Fluminense, as intercorrências não foram causadas apenas por um evento natural. "A cadeia de fragilidades institucionais mostra ao menos três fatores recorrentes na governança metropolitana: a desigualdade de capacidade técnica e financeira entre os municípios da região; a ausência de coordenação entre os diferentes níveis de governo e entre setores como energia, mobilidade e defesa civil, que atuam de forma isolada; e a fragilidade dos sistemas de monitoramento e alerta, que compromete a antecipação de cenários e a ativação de protocolos de contingência".

Fundada em 2013, a Casa Fluminense - organização sem fins lucrativos -, atua no fortalecimento de lideranças e organizações populares na busca por justiça racial, de gênero, econômica e climática na região metropolitana do Rio de Janeiro. "Sabemos que os eventos climáticos vão acontecer, temos o super El Niño se aproximando, e precisamos ter ações bem definidas para lidarmos com eles", acrescenta a gerente da Casa Fluminense.

Dia dos Pais deve movimentar R$ 29,7 bilhões no comércio e serviços

O Dia dos Pais deve movimentar R$ 29,7 bilhões no comércio e serviços. É o que aponta levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas. De acordo com a pesquisa, 63% dos consumidores pretendem comprar presentes no Dia dos Pais este ano.

Na prática, isso significa que aproximadamente 104 milhões de pessoas residentes nas capitais devem ir às compras nas próximas semanas, uma redução nominal de 2,3 milhões de compradores em relação a 2025.

De acordo com os entrevistados, 36% pretendem gastar mais que em 2025, 34% o mesmo valor e 17% querem gastar menos. Entre aqueles que pretendem gastar mais, o desejo de dar um presente melhor lidera (61%), mas a percepção de alta de preços também é uma justificativa relevante (38%). Entre os que vão desembolsar menos, os principais motivos são orçamento apertado (40%), contenção de gastos (39%) e o pagamento de dívidas (18%).

A pesquisa aponta que o valor médio dos gastos será em torno de R$ 286 ao todo. Os consumidores pretendem comprar, em média, 1,8 presentes.

Os consumidores estão atentos aos preços e a maioria (77%) pretende pesquisar para economizar antes de fazer as compras do Dia dos Pais. Desses, 64% iniciam a pesquisa com ao menos duas semanas de antecedência – 15 dias (35%), uma semana antes (25%) e na véspera (4%).

A pesquisa online domina com 83%, mas o canal físico segue presente: 67% ainda visitam lojas para comparar valores. Nos canais digitais, sites e aplicativos lideram (73%), seguidos a distância pelas redes sociais (38%). Na pesquisa física, shopping e lojas de rua empatam, ambas com 39%.

Em relação aos sites e aplicativos de pesquisa, as plataformas de compra e venda de produtos novos e usados lideram a pesquisa de preços com 63%, seguido de sites de lojas de departamento (52%) e sites de busca (50%).

Assim como no ano passado, roupas, calçados e acessórios mantêm a liderança com 62% das intenções de compra. cosméticos e perfumes vêm em segundo (27%), seguidos por ferramentas (18%), eletrônicos (16%) e artigos esportivos (16%). Dinheiro ou Pix aparece com 10%.

A maioria dos entrevistados (60%) acredita que o pai prefere manter o simbolismo de receber o presente físico. Os 40% restantes percebem que o pai preferiria substituir o presente por uma ajuda financeira direta – em dinheiro ou Pix para uso livre (17%), para quitar boletos em atraso (8%) ou para pagar contas básicas (8%).

A grande maioria dos consumidores (81%) pretende pagar o presente à vista, principalmente no Pix (52%), e no cartão de débito (17%). Por outro lado, 41% têm intenção de pagar parcelado, com destaque para o cartão de crédito (30%). Em média, serão feitas 3,4 prestações.

Corte de Cassação da Itália: cidadania é um direito originário e imprescritível

Na última segunda-feira, a Corte de Cassação da Itália voltou a reafirmar um dos princípios fundamentais do direito à cidadania italiana por descendência – 'iure sanguinis'. Historicamente compreendida como um direito originário, a cidadania 'iure sanguinis' é adquirida automaticamente no nascimento, sendo de natureza permanente e imprescritível.

A decisão foi proferida pelas Seções Unidas, no julgamento de um caso que discutia a chamada "questão do menor", controvérsia em torno da eventual perda da cidadania italiana por filhos menores, quando seus pais adquiriam voluntariamente outra nacionalidade. As Seções Unidas da Corte de Cassação são a composição mais importante da mais alta corte italiana no âmbito da interpretação da legislação civil. Elas são convocadas para solucionar divergências de jurisprudência. A partir de suas deliberações são fixados os parâmetros que deverão orientar os demais tribunais italianos, no julgamento de casos semelhantes.

Ao encerrar essa divergência, as Seções Unidas reafirmaram que a cidadania italiana adquirida por descendência existe desde o nascimento e não pode ser perdida em razão de um ato praticado pelos pais. Segundo a Corte, esse direito somente poderá ser extinto pela manifestação consciente e voluntária do próprio titular, quando este possuir capacidade jurídica para tanto, ou seja, quando atingir a maioridade.

Embora o objeto do julgamento não tenha sido a Lei Tajani, que promoveu alterações na lei da cidadania italiana, com severas restrições ao 'iure sanguinis', os fundamentos adotados pela Corte de Cassação possuem repercussão muito mais ampla e fortalecem significativamente o debate em curso, reforçando os argumentos sobre a inconstitucionalidade dessa nova legislação.

"A Corte de Cassação reafirmou, com toda clareza, um entendimento sustentando há anos. A cidadania italiana por descendência é adquirida automaticamente no momento do nascimento. O reconhecimento formal, por meio de protocolo administrativo, agendamento consular, processo judicial ou sentença, não constitui a cidadania," ressalta David Manzini, CEO e fundador da Nostrali Cidadania Italiana. "O protocolo formal apenas reconhece e comprova um direito que já existia desde o nascimento. Esse direito, uma vez existente, é de natureza permanente e imprescritível, podendo ser extinto somente mediante renúncia consciente e voluntária do próprio cidadão", concluí o especialista, que coordena uma equipe que já assessorou mais de 30 mil ítalo-descendentes em processos de reconhecimento da dupla cidadania.

Ines249

TERMINAL PORTUÁRIO DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/ME nº 08.482.570/0001-77 - NIRE 35.300.336.925

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de Junho de 2026

(lavrada na forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §1º e §2º, da Lei nº 6.404/76)

Data, Hora e Local: Em 15 de junho de 2026, às 10:00 horas, na sede da Terminal Portuário de Veículos S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011. **Convocação:** Conforme previsto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), foi dispensada a convocação, visto estar presente a totalidade dos acionistas. **Presença:** Presentes acionistas representando 100% das ações do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas ao final desta ata. **Mesa:** Sr. Daniel Pedreira Dorea, **Presidente** e a Sr. Mauricio Carvalho Reis, **Secretário**. **Ordem do Dia:** deliberar sobre **(i)** a eleição do Sr. Antonio Carlos Duarte Sepúlveda para o cargo de Diretor de Operações da Companhia; **(ii)** ratificar a eleição de membros da Diretoria Estatutária da Companhia. **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária com a seguinte deliberação: **(I)** Aprovada a eleição do Sr. Antonio Carlos Duarte Sepúlveda como Diretor de Operações da Companhia com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 2029. (a) O Diretor tomou posse nesta mesma data, conforme termo de posse recebido e que ficará arquivado na sede da Companhia, tendo apresentado as declarações em atendimento à lei e à regulamentação em vigor. **(II)** Ratificaram, ainda, a eleição dos seguintes membros da Diretoria Estatutária da Companhia, para completar o mandato em curso que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se no exercício social de 2029: • **Antonio Carlos Duarte Sepúlveda**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 62.278.276-9, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 405.695.435-68, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, **para os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Operações;** • **Daniel Pedreira Dorea,** brasileiro, casado, administrador de empresas e advogado, portador da carteira de identidade nº 858269368, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 007.966.045-25, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, **para o cargo de Diretor Econômico-Financeiro;** e • **Ricardo dos Santos Buteri,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 1.119.214, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 022.898.277-46, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, **para o cargo de Diretor Comercial. Acionista: Santos Brasil Participações S.A.,** representada por Antonio Carlos Duarte Sepúlveda e Daniel Pedreira Dorea. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que, após lida e conferida, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 15 de junho de 2026. **Daniel Pedreira Dorea -** Presidente; **Mauricio Carvalho Reis -** Secretário; **Acionista: Santos Brasil Participações S.A. - Antonio Carlos Duarte Sepúlveda -** Diretor Presidente; **Daniel Pedreira Dorea -** Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores. **JUCESP** nº 258.687/26-5 em 22/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 02.084.220/0001-76 - NIRE 35.3.0033455-8 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 27 de Abril de 2026

(lavrada na forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º e parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações)

Data, Hora e Local: Em 27 de abril de 2026, às 11:00 horas, na sede da Numeral 80 Participações S.A. ("Companhia"), na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011. **Convocação:** Conforme previsto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), foi dispensada a convocação, visto estar presente a totalidade dos acionistas. **Presença:** Presentes acionistas representando 100% das ações do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas ao final desta ata. **Publicações:** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, publicados no jornal Monitor Mercantil, na versão digital e na versão impressa na página 12, ambos no dia 25 de abril de 2026, conforme previsto no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, e dispensada a publicação do anúncio a que se refere o artigo 133, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa:** Sr. Daniel Pedreira Dorea, **Presidente** e a Sr. Mauricio Carvalho Reis, **Secretário. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2025; **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2025; e **(iii)** deliberar sobre o valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** deliberar as alterações do parágrafo 1º, do artigo 8º e artigo 11 do Estatuto Social; **(ii)** deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estende até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras a realizar-se em 2029; e **(iii)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária com as seguintes deliberações: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovadas as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; **(ii)** Foi decidido que o prejuízo verificado no exercício social findo em 31.12.2025 no valor de R$ 82.039,22 (oitenta e dois mil, trinta e nove reais e vinte e dois centavos) seja lançado na conta de Prejuízos Acumulados, do Patrimônio Líquido; **(iii)** Foi aprovada a remuneração anual global para os administradores fixada em R$ 100.000,00 (cem mil reais). **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Foram aprovadas as alterações do parágrafo 1º, do artigo 8º e artigo 11 do Estatuto Social para refletir os poderes da administração e suas outorgas, passando a prevalecerem com a seguinte redação: *"Artigo 8º (...) Parágrafo 1º - O prazo de gestão de cada Diretor é de 3 (três) anos, permitida a recondução." "Artigo 11 - A Companhia será representada da seguinte forma: (a) por 2 (dois) Diretores, em conjunto; (b) por qualquer diretor em conjunto com um procurador indicado na forma do item "(a)", acima, nos limites de seu mandato; (c) mediante autorização da Diretoria, poderá constituir procuradores para, sempre em conjunto de dois, com mandato especial, dar cumprimento e executar as obrigações assumidas pela Companhia, em especial, mas não se limitando, para (i) realizar pagamentos diários das obrigações assumidas pela Companhia, através de cheques, ordens de pagamento e transferências eletrônicas; (ii) assinar contratos de câmbio relativos, exclusivamente, aos compromissos assumidos pela Companhia; (iii) movimentar contas-bancárias, solicitar extratos bancários e efetuar a transferência de valores entre contas-corrente de titularidade de Companhia; (iv) requisitar e retirar talões de cheques e cheques devolvidos; e (v) assinar formulários, notificações, termos ou quaisquer outros documentos perante a Alfândega, Receita Federal e quaisquer outros órgãos da administração pública e/ou privada, direta ou indireta, em qualquer instância e que regulem ou venham a regular as atividades desenvolvidas pela Companhia. As procurações terão prazo limitado a 1 (um) ano e definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados; (d) por qualquer diretor ou procurador, isoladamente, para assinar contratos cujo valor total seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais); (e) por qualquer diretor ou procurador, isoladamente, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais, e é representada nos casos permitidos em lei, por prepostos nomeados, caso por caso, por via epistolar; e (f) isoladamente ou em conjunto, por paralegal(is), despachante(s) ou empregado(s), sem necessidade de limitação de prazo, em processos ou procedimentos de qualquer natureza, perante qualquer autoridade ou entidade governamental. Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia na forma do item "(a)", acima, e terão prazo de validade não superior a 12 (doze) meses, ressalvadas as procurações para o foro em geral e mais os atos extrajudiciais de representação e defesa perante pessoas jurídicas, de direito público ou privado ("ad judicia" e "et extra"), que poderão ser outorgadas por prazo de validade indeterminado."* **(ii)** Aprovada a eleição dos membros da Diretoria com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em **2029: Antonio Carlos Duarte Sepúlveda,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 62.278.276-9, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 405.695.435-68, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, para o cargo de **Diretor-Presidente; Daniel Pedreira Dorea,** brasileiro, casado, administrador de empresas e advogado, portador da carteira de identidade nº 858269368, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 007.966.045-25, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, para cargo de **Diretor Econômico-Financeiro;** e **Ricardo dos Santos Buteri,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 1.119.214, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 022.898.277-46, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, para o cargo de **Diretor Comercial. (ii.i)** Os Diretores tomaram posse nesta data, conforme termo de posse lavrado e declararam não estar impedidos para exercer o cargo para o qual foram eleitos, nos termos do parágrafo 1º, artigo 1.011, da Lei nº 10.406, de 10 de junho de 2002, tendo sido apresentadas as declarações previstas no artigo 147, § 4º da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM 80/2022, ambos arquivados na sede da Companhia. **(iii)** Aprovar a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, contemplando as deliberações ora aprovadas, bem como leves ajustes de forma e formatação, o qual passa a vigor na forma do Anexo I. **Acionista: Santos Brasil Participações S.A.,** representada por Antonio Carlos Duarte Sepúlveda e Daniel Pedreira Dorea. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que, após lida e conferida, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 27 de abril de 2026. Daniel Pedreira Dorea - Presidente; Mauricio Carvalho Reis - Secretário. **Assinatura do Acionista: Santos Brasil Participações S.A. -** Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor Presidente. **JUCESP** nº 223.985/26-0 em 01/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

TERMINAL PORTUÁRIO DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.482.570/0001-77 - NIRE 35.300.336.925

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 27 de Abril de 2026

(lavrada na forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º e parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações)

Data, Hora e Local: Em 27 de abril de 2026, às 14:00 horas, na sede da Terminal Portuário de Veículos S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011. **Convocação:** Conforme previsto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), foi dispensada a convocação, visto estar presente a totalidade dos acionistas. **Presença:** Presentes acionistas representando 100% das ações do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas ao final desta ata. **Publicações:** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, publicados no jornal Monitor Mercantil, na versão digital e na versão impressa na página 12, ambos no dia 25 de abril de 2026, consoante ao disposto no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações e dispensada a publicação do anúncio a que se refere o artigo 133, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa:** Sr. Daniel Pedreira Dorea, **Presidente** e Sr. Mauricio Carvalho Reis, **Secretário. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2025; **(ii)** deliberar sobre o resultado do exercício social findo em 31.12.2025, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **(iii)** deliberar sobre o valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** deliberar as alterações do parágrafo 1º, do artigo 9º e artigo 12 do Estatuto Social; **(ii)** deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estende até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras a realizar-se em 2029; **(iii)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária com as seguintes deliberações: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovadas as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; **(ii)** Foi decidido que o prejuízo verificado no exercício social findo em 31.12.2025 no valor de R$ 130.126,70 (cento e trinta mil, cento e vinte e seis reais e setenta centavos) seja lançado na conta de Prejuízos Acumulados, do Patrimônio Líquido; **(iii)** Foi aprovada a remuneração anual global para os administradores fixada em R$ 100.000,00 (cem mil reais). **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Foram aprovadas as alterações do parágrafo 1º, do artigo 9º e artigo 12 do Estatuto Social para refletir os poderes da administração e suas outorgas, passando a prevalecerem com a seguinte redação: *"Artigo 9º (...) Parágrafo 1º - O prazo de gestão de cada Diretor é de 03 (três) anos, permitida a recondução." "Artigo 12 - A Companhia será representada da seguinte forma: (a) por 2 (dois) Diretores, em conjunto; (b) por qualquer diretor em conjunto com um procurador indicado na forma do item "(a)", acima, nos limites de seu mandato; (c) mediante autorização da Diretoria, poderá constituir procuradores para, sempre em conjunto de dois, com mandato especial, dar cumprimento e executar as obrigações assumidas pela Companhia, em especial, mas não se limitando, para (i) realizar pagamentos diários das obrigações assumidas pela Companhia, através de cheques, ordens de pagamento e transferências eletrônicas; (ii) assinar contratos de câmbio relativos, exclusivamente, aos compromissos assumidos pela Companhia; (iii) movimentar contas-bancárias, solicitar extratos bancários e efetuar a transferência de valores entre contas-corrente de titularidade de Companhia; (iv) requisitar e retirar talões de cheques e cheques devolvidos; e (v) assinar formulários, notificações, termos ou quaisquer outros documentos perante a Alfândega, Receita Federal e quaisquer outros órgãos da administração pública e/ou privada, direta ou indireta, em qualquer instância e que regulem ou venham a regular as atividades desenvolvidas pela Companhia. As procurações terão prazo limitado a 1 (um) ano e definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados; (d) por qualquer diretor ou procurador, isoladamente, para assinar contratos cujo valor total seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais); (e) por qualquer diretor ou procurador, isoladamente, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais, e é representada nos casos permitidos em lei, por prepostos nomeados, caso por caso, por via epistolar; e (f) isoladamente ou em conjunto, por paralegal(is), despachante(s) ou empregado(s), sem necessidade de limitação de prazo, em processos ou procedimentos de qualquer natureza, perante qualquer autoridade ou entidade governamental. Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia na forma do item "(a)", acima, e terão prazo de validade não superior a 12 (doze) meses, ressalvadas as procurações para o foro em geral e mais os atos extrajudiciais de representação e defesa perante pessoas jurídicas, de direito público ou privado ("ad judicia" e "et extra"), que poderão ser outorgadas por prazo de validade indeterminado."* **(ii)** Aprovada a eleição dos membros da Diretoria com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em **2029: Antonio Carlos Duarte Sepúlveda**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 62.278.276-9, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 405.695.435-68, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, para o cargo de **Diretor-Presidente; Daniel Pedreira Dorea,** brasileiro, casado, administrador de empresas e advogado, portador da carteira de identidade nº 858269368, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 007.966.045-25, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, para cargo de **Diretor Econômico-Financeiro;** e **Ricardo dos Santos Buteri,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 1.119.214, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 022.898.277-46, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, para o cargo de **Diretor Comercial. (ii.i)** Os Diretores tomaram posse nesta data, conforme termo de posse e declararam não estar impedidos para exercer o cargo para o qual foram eleitos, nos termos do parágrafo 1º, artigo 1.011, da Lei nº 10.406, de 10 de junho de 2002, tendo sido apresentadas as declarações previstas no artigo 147, § 4º da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM 80/2022, ambos arquivados na sede da Companhia. (iii) Aprovar a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, contemplando as deliberações ora aprovadas, bem como leves ajustes de forma e formatação, o qual passa a viger na forma do Anexo I. **Acionista: Santos Brasil Participações S.A.,** representada por Antonio Carlos Duarte Sepúlveda e Daniel Pedreira Dorea. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que, após lida e conferida, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 27 de abril de 2026. Daniel Pedreira Dorea - Presidente; Mauricio Carvalho Reis - Secretário. **Assinatura do Acionista: Santos Brasil Participações S.A. -** Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor Presidente. **JUCESP** nº 223.986/26-4 em 01/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Santander (SANB11): resultado do 2T26, desafios e perspectivas

Conversamos sobre o resultado do 2T26 do Santander com Victor Bueno, sócio e analista de equity research da Nord Investimentos.

Victor Bueno

Qual a sua avaliação sobre o resultado do 2T26 do Santander?

O resultado do Santander no 2T26 não foi nada satisfatório para os investidores. O mercado projetava lucro de R$ 3,5 bilhões, mas o banco entregou R$ 3 bilhões, com queda de 18% em relação ao 2T25. Com o lucro mais baixo, o ROAE de 12,5% se distanciou ainda mais da meta de 20% estabelecida pelo próprio banco, que estaria mais próxima do benchmark do setor, o Itaú.

O principal vilão dessa história foi o aumento da PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), que subiu 12% em relação ao 2T25, e impactou a lucratividade do banco. Como consequência do resultado do 2T26, a ação do Santander teve a maior queda em um pregão desde 2022.

Como você tem visto o Santander no mercado bancário brasileiro?

O Santander vem se distanciando do benchmark do setor, o Itaú, tanto em termos de resiliência quanto de rentabilidade. O setor está enfrentando um cenário bastante desafiador de juros elevados, com 50% da população adulta negativada e pouco mais de 80% das famílias endividadas. Por mais que esse momento exija cautela maior na concessão de crédito, muitos bancos não estão apresentando a resiliência necessária ao que está acontecendo, o que tem aumentado as suas inadimplências, provisões e o consumo das suas rentabilidades. Isso não está sendo diferente com o Santander.

O Santander está buscando melhora do mix da sua carteira de crédito, mas como ela não está apresentando grande crescimento, a receita de juros está com certa estabilidade. Outro ponto é que a receita de comissões subiu pouco. Quando somamos a elevação das provisões e de algumas despesas operacionais, nós vemos que o índice de eficiência e a rentabilidade do banco estão piorando.

Diferente do Itaú, que está apresentando resiliência maior, o Santander está enfrentando dificuldades e barreiras para voltar a entregar números melhores.

Na sua opinião, onde o Santander poderia render mais como banco?

O próprio CFO do Santander comentou que o banco precisa continuar reavaliando a sua carteira de crédito e buscando melhores níveis de inadimplência, que, como disse, subiram mais uma vez nesse trimestre, principalmente na carteira de pessoa física. Isso porque, mesmo que o cenário de juros mais elevados continue, o banco precisa voltar a ter melhores níveis de retorno.

Qual a sua avaliação sobre os proventos do Santander?

O Santander é reconhecido como bom pagador de dividendos. O banco possui distribuição trimestral de dividendos e *dividend yield* de cerca de 9%, patamar acima de alguns dos seus pares setoriais. Como, historicamente, as boas pagadoras de dividendos no Brasil possuem *dividend yield* médio de 6%, o Santander está 50% acima desse número. Mesmo que o banco esteja enfrentando certas dificuldades, ele vem remunerando bem os seus investidores.

Qual a sua avaliação sobre o desempenho da ação do Santander?

Diferente dos dividendos, o desempenho da ação do Santander não é satisfatório, tanto que os papéis estão sendo negociados, praticamente, nos mesmos patamares de 2021. O ponto é que isso reflete muito os resultados do banco.

No longo prazo, a ação acompanha o resultado da empresa, mas se essa empresa não possui bons resultados no presente, e muito menos uma visibilidade de melhora de resultados no futuro, isso não acontece. É por isso que o Santander precisa melhorar as suas perspectivas.

Um cenário mais favorável seria melhor para o Santander, mas mesmo em cenário desfavorável, o banco precisa ter iniciativas relacionadas à sua carteira de crédito, eficiência e redução de despesas operacionais, já que essas ações podem trazer melhora de perspectiva, o que teria reflexos na sua lucratividade e nas suas ações.

Qual a sua avaliação sobre o valor da ação do Santander?

Dentro do setor, o Santander negocia a múltiplos atrativos. A relação Preço/Lucro está em 7x, sendo que a média histórica da Bolsa brasileira é de 13x. Com relação ao Preço/Valor Patrimonial, ele é ainda mais atrativo, pois o banco está sendo negociado a 0,76x o seu patrimônio líquido.

No entanto, depois do decepcionante resultado do 2T26, os analistas de mercado podem fazer uma revisão geral das projeções do banco, e caso haja queda nos lucros projetados, o P/L poderia passar para 9x, o que afetaria a atratividade da ação.

Por mais que o múltiplo do Santander, analisando apenas a janela temporal dos últimos 12 meses, seja atrativo, nós precisamos olhar para as perspectivas futuras do banco. Quando consideramos o cenário macroeconômico e o que o Santander vem apresentando, nós vemos uma piora na atratividade do valor da sua ação.

A ação do Santander é para que tipo de investidor?

A ação do Santander é mais voltada para o investidor que tem foco em dividendos. Cabe destacar que, historicamente, o setor bancário é conhecido pelo pagamento de proventos com regularidade bastante considerável. Como disse, o Santander paga dividendos trimestrais e possui *dividend yield* de 9%, o que é satisfatório, mas como esse indicador depende do preço da ação, a queda recente pode aumentá-lo.

Por mais que a ação do Santander seja indicada para um investidor com foco em dividendos, e não um investidor com foco em crescimento e ganho de capital, um ambiente macroeconômico mais favorável, principalmente em termos de juros, pode gerar uma recuperação do papel, mas esse não deve ser o objetivo principal desse investidor.

Como você está vendo as perspectivas do Santander?

No curto e médio prazo, as perspectivas do Santander são desafiadoras. No longo prazo, o banco vai buscar níveis de rentabilidade mais próximos de 20%. Apenas para que tenhamos uma ideia, o Itaú está operando com retorno sobre patrimônio líquido próximo de 25%.

Caso as iniciativas implementadas pelo Santander gerem resultados e o cenário macro melhore, o banco pode atingir esse objetivo, mas no curto e médio prazo, o cenário é bastante desafiador. Como a inadimplência é alta, principalmente na carteira de pessoa física, que é a maior do banco, isso faz com que o PDD seja bastante elevado. Além disso, as receitas e a margem financeira estão praticamente estáveis. É por isso que o Santander tem esse aperto para ter uma melhor lucratividade no curto e médio prazo.

Ines249

Gás natural: Novo modelo de precificação entra em vigor em agosto

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) começou a divulgar, nesta semana, os primeiros aditivos contratuais assinados por distribuidores estaduais e a Petrobras nos contratos de longo prazo para fornecimento de gás natural. Entra em vigor a partir de 1º de agosto, o novo modelo de precificação do gás natural, anunciado pela Petrobras no final de junho.

"Ele introduz a lógica de pisos e tetos para a cotação do Brent utilizada como indexador na precificação dos contratos de gás do mercado regulado no Brasil", explica Marcos Mortari, responsável por precificação de gás natural da Argus, empresa especializada na produção de relatórios e análises de preços para o mercado de combustíveis, agricultura, fertilizantes, gás natural e petroquímica.

Segundo Mortari, o movimento, na prática, atenua os impactos da nova alta do benchmark de petróleo sobre os preços do gás, atendendo a um pleito de distribuidores e grandes consumidores preocupados com o prolongamento da guerra no Oriente Médio. "Antes do acordo, muitos já apontavam para o risco de inviabilidade dos preços do gás, destruição de demanda e migração para energéticos alternativos".

Conforme divulgado nos últimos dias pela página da ANP de acompanhamento de contratos do mercado cativo, as distribuidoras Copergás, ESGás e Potigás já fecharam entendimento com a Petrobras estabelecendo um piso de $61/bl, entre fevereiro de 2027 e janeiro de 2029, e um teto de $85/bl, entre agosto de 2026 e janeiro de 2027, na cotação do Brent considerada para a precificação do gás natural em seus contratos de longo prazo.

O analista da Argus cita que o teto já será acionado no terceiro reajuste trimestral de preços do ano, marcado para 1º de agosto. "O valor pago por distribuidores pela molécula de gás em seus contratos crescerá cerca de 4,1pc. Sem o dispositivo, o salto teria sido de cerca de 18,5pc". Isso significa que um contrato indexado a 11pc de Brent deve passar a precificar a molécula do gás a R$1,76/m³, ante atuais R$1,69/m³. Sem o aditivo contratual, o preço teria saltado para R$2,01/m³.

Mortari explica que atualmente, os contratos de fornecimento de gás de longo prazo no Brasil são baseados em médias trimestrais de benchmarks externos, normalmente o petróleo Brent, com ajustes de preço realizados em fevereiro, maio, agosto e novembro, de acordo com a média da taxa de câmbio entre o dólar e o real.

Ajuste mais recente ocorreu em 1º de maio, quando o preço médio dos contratos do mercado regulado indexados exclusivamente ao Brent aumentou 21,2pc em relação ao nível ajustado em fevereiro.

Universal Music: Queda de 84,5% no lucro até junho

A Universal Music Group (UMG) registrou um lucro líquido atribuído de 222 milhões de euros no primeiro semestre de 2026, valor que representa uma queda de 84,5% em comparação com o resultado registrado pela gravadora de artistas como Taylor Swift ou Lady Gaga no primeiro semestre do ano passado.

A queda nos lucros da UMG se deve à redução do lucro operacional diante dos custos mais elevados em relação às receitas durante o semestre e às flutuações cambiais desfavoráveis, mas, sobretudo, pela redução das receitas financeiras devido à variação desfavorável na reavaliação de investimentos em empresas de capital aberto e outras sociedades, incluindo a Spotify e a Tencent Music Entertainment.

Por sua vez, o faturamento da UMG até junho atingiu 6.194 milhões de euros, 5,3% a mais que no ano anterior ou 10,8% a mais a taxas de câmbio constantes, incluindo 3.294 milhões entre abril e junho, um aumento de 10,5% em valores absolutos ou um crescimento de 13,3% a taxas de câmbio constantes.

Entre as diferentes unidades da UMG, o negócio de gravação musical cresceu 6,8% no semestre, chegando a 4.769 milhões, incluindo um aumento de 9% na receita de assinaturas, para 2.670 milhões; e as receitas de streaming, de 2,4%, totalizando 728 milhões; enquanto os downloads geraram 72 milhões de euros, uma queda de 34%; e as vendas físicas, 651 milhões, um aumento de 6,5%. Por outro lado, as licenças renderam à empresa 648 milhões de euros no semestre, 11% a mais do que no ano anterior.

Por outro lado, o negócio de edição musical gerou receita de 1.168 milhões de euros até junho, um aumento de 3,9%, enquanto as vendas de produtos promocionais caíram 12,1%, para 268 milhões.

"Estamos cumprindo nosso plano estratégico e trabalhando para otimizar ainda mais sua execução, aproveitando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias e pelo ecossistema musical em constante evolução", declarou Lucian Grainge, presidente e diretor-executivo da UMG.

De acordo com a Europa Press, no início do mês de junho passado, a Pershing Square Capital Management vendeu a totalidade de sua participação de 4,7% na UMG, depois que a administração da gravadora rejeitou a proposta de compra apresentada em abril pela empresa de investimentos liderada por Bill Ackman, que avaliava o negócio em mais de 55 bilhões de euros.

CAMPANHA

Abrace a ABI

Há 118 anos, a **Associação Brasileira de Imprensa** (ABI) está presente nas principais lutas democráticas do país.

Agora, a ABI convida jornalistas, comunicadores e toda a sociedade a participar da campanha **Abrace a ABI**, uma iniciativa de apoio à entidade.

A ABI precisa de você para fortalecer sua sustentabilidade financeira e seguir na defesa da liberdade de imprensa, dos direitos humanos, da democracia e da soberania do Brasil.

Apoie. Compartilhe. Fortaleça a ABI.

Contribua via Pix
campanha@abi.org.br

Associação Brasileira de Imprensa
www.abi.org.br

Ines249

Vendaval levanta dúvidas sobre seguro

Queda de mais de 200 árvores no Rio

A queda de mais de 200 árvores durante o vendaval que atingiu o Rio de Janeiro na tarde desta quarta-feira (29) deixou um rastro de prejuízos pela cidade. Veículos foram atingidos, imóveis sofreram danos e moradores enfrentaram transtornos provocados pelo mau tempo. Além dos estragos, uma dúvida passou a fazer parte da rotina de quem foi afetado: quem deve arcar com os prejuízos?

A resposta depende de fatores como a cobertura contratada e as circunstâncias do dano. Segundo o advogado Marcelo Almeida, sócio do escritório Minho e Almeida Advogados, nem todo prejuízo causado por fenômenos naturais é indenizado automaticamente pelas seguradoras.

"É comum que a primeira reação seja acionar o seguro, mas antes é preciso entender o que foi contratado. Existem apólices que cobrem danos provocados por vendaval, queda de árvores e outros apetrechos utilizados pelas concessionárias na exploração dos serviços públicos delegados pelo Estado, enquanto outras exigem coberturas específicas. Cada contrato tem regras próprias", explica.

Danos em veículos atingidos por árvores, destelhamentos, prejuízos estruturais em imóveis e outros impactos provocados por ventos fortes podem estar previstos na apólice. A indenização, no entanto, depende das coberturas contratadas.

"Duas pessoas podem sofrer exatamente o mesmo prejuízo e ter respostas diferentes da seguradora. O que define o direito à indenização é o contrato e a cobertura escolhida pelo segurado. Quanto aos danos decorrentes dos equipamentos das concessionárias, segue a mesma regra em relação ao seguro, contudo, com uma diferença basilar: independente de previsão de cláusula securitária, a concessionária tem a responsabilidade civil objetiva de indenizar, motivo pelo qual, praticamente, não há previsão desta estirpe de cobertura as envolvendo", afirma Marcelo Almeida.

Nem toda queda de árvore gera responsabilidade do município. No entanto, se ficar comprovado que a árvore apresentava risco e não recebeu a manutenção adequada, o poder público pode ser responsabilizado pelos danos. "A conservação e o manejo da arborização urbana são deveres da administração pública. Ventos fortes fazem parte da realidade climática do país e, por si sós, não afastam uma eventual responsabilidade do município quando a falta de manutenção também contribui para o acidente", explica. O advogado destaca que pedidos anteriores de poda ou remoção da árvore podem reforçar um pedido de indenização.

"Se moradores já haviam comunicado o risco ao poder público e nenhuma providência foi adotada, esses registros podem demonstrar que o município tinha conhecimento da situação e permaneceu omisso."

Quem teve o patrimônio danificado deve registrar os prejuízos com fotos e vídeos, guardar documentos e notas fiscais, reunir orçamentos e comunicar a seguradora o quanto antes, observando os procedimentos previstos na apólice. "Antes de qualquer reparo, o ideal é documentar os danos. Essas provas podem facilitar a análise da seguradora e, se necessário, servir de base para uma discussão judicial sobre o direito à indenização", orienta Marcelo Almeida.

Mulheres ainda são minoria como titular no mercado de seguros

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou relatório da primeira pesquisa FeMa Meter que reúne dados sobre a presença das mulheres como profissionais e consumidoras de seguros e previdência privada aberta. Foi observado uma menor participação feminina como cliente titular no mercado de seguros demonstrada também pelos valores de prêmios médios. Por exemplo, no ramo de automóveis, o prêmio médio feminino foi igual a R$ 2.072, enquanto o prêmio médio masculino foi de R$ 2.342, uma diferença de 13%.

Segundo a Susep, o estudo tem o objetivo de investigar a possível desigualdade social a partir do recorte de gênero na distribuição da cobertura securitária e previdenciária do mercado brasileiro, assim como nas oportunidades de trabalho na indústria de seguros e previdência privada aberta.

A pesquisa utilizou dados fornecidos por 142 empresas supervisionadas pela Susep — 129 seguradoras e 13 entidades abertas de previdência complementar. Para a realização do estudo, foi empregada, mediante autorização, a ferramenta FeMa Meter, desenvolvida pela Access to Insurance Initiative (A2ii), complementada por planilhas elaboradas pela Susep para coleta de informações adicionais sobre seguros de automóveis, seguros compreensivos residenciais e previdência privada aberta. "Os dados recebidos passaram por etapas de validação e comparação com outras bases da Autarquia antes da consolidação dos resultados", esclareceu a Susep.

O estudo analisa a participação feminina no mercado de seguros e de previdência privada aberta, tanto sob a perspectiva da força de trabalho quanto da utilização de produtos do setor. "A iniciativa busca produzir evidências que contribuam para o aperfeiçoamento de políticas públicas e para a ampliação da inclusão securitária", destaca a Susep.

Entre os principais resultados, a pesquisa mostra que as mulheres representam 54,4% da força de trabalho das empresas participantes. No entanto, essa participação diminui nos níveis mais elevados de decisão, correspondendo a 28,5% dos cargos de gestão executiva e a 18,5% dos assentos em conselhos de administração.

A menor participação percentual do público feminino em relação ao total de segurados foi observada nos seguros climáticos e rurais, de 13,4% do total, enquanto os homens representaram 82,3%. Já a maior participação das mulheres, enquanto consumidoras, foi observada na previdência privada aberta, com 44,9% do total contra 54,6% dos homens.

A menor participação feminina como cliente no mercado de seguros foi demonstrada também pelos valores de prêmios médios. No ramo de automóveis, o prêmio médio feminino foi igual a R$ 2.072, enquanto o prêmio médio masculino foi de R$ 2.342, uma diferença de 13%.

No ramo compreensivo residencial, o valor dos prêmios médios entre os dois gêneros foi equivalente, com menos de 1% de diferença entre os prêmios médios feminino e masculino. Na previdência privada aberta, a contribuição média masculina foi de R$ 17.218, o que representa mais de 30% de diferença em relação ao prêmio médio feminino, que foi R$ 13.187.

NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.084.220/0001-76 - NIRE 35300334558

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de Junho de 2026

(lavrada na forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §1º e §2º, da Lei nº 6.404/76)

Data, Hora e Local: Em 15 de junho de 2026, às 10:30 horas, na sede da Numeral 80 Participações S.A. ("Companhia"), na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011. **Convocação:** Conforme previsto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), foi dispensada a convocação, visto estar presente a totalidade dos acionistas. **Presença:** Presentes acionistas representando 100% das ações do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas ao final desta ata. **Mesa:** Sr. Daniel Pedreira Dorea, **Presidente** e a Sr. Mauricio Carvalho Reis, **Secretário. Ordem do Dia:** deliberar sobre **(i)** a eleição do Sr. Antonio Carlos Duarte Sepúlveda para o cargo de Diretor de Operações da Companhia; **(ii)** ratificar a eleição de membros da Diretoria Estatutária da Companhia. **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária com a seguinte deliberação: **(I)** Aprovada a eleição do Sr. Antonio Carlos Duarte Sepúlveda como Diretor de Operações da Companhia com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 2029. (a) O Diretor tomou posse nesta mesma data, conforme termo de posse recebido e que ficará arquivado na sede da Companhia, tendo apresentado as declarações em atendimento à lei e à regulamentação em vigor. **(II)** Ratificaram, ainda, a eleição dos seguintes membros da Diretoria Estatutária da Companhia, para completar o mandato em curso que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se no exercício social de 2029: • **Antonio Carlos Duarte Sepúlveda**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 62.278.276-9, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 405.695.435-68, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, **para os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Operações;** • **Daniel Pedreira Dorea**, brasileiro, casado, administrador de empresas e advogado, portador da carteira de identidade nº 858269368, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 007.966.045-25, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, **para o cargo de Diretor Econômico-Financeiro;** e • **Ricardo dos Santos Buteri**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 1.119.214, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 022.898.277-46, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, **para o cargo de Diretor Comercial. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que, após lida e conferida, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 15 de junho de 2026. **Daniel Pedreira Dorea -** Presidente; **Maurício Carvalho Reis -** Secretário. **Acionista: Santos Brasil Participações S.A.: Antonio Carlos Duarte Sepúlveda -** Diretor Presidente; **Daniel Pedreira Dorea -** Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores. **JUCESP** nº 258.686/26-1 em 22/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

AMICO SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 51.722.957/0001-82 - NIRE: 35.300.680.090

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2026

1. Hora, Data e Local: Às 10 horas do dia 02 de julho de 2026, na sede social da Amico Saúde S.A. ("Amico" ou "Companhia"), localizada na Rua Cubatão, nº 1088/1090, Vila Mariana, São Paulo, SP, CEP: 04013-004. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa**: Para presidir os trabalhos, as acionistas indicaram a Sra. Francileuda Lima Caminha Dias, que convidou o Sr. Carlos Eduardo Lourenço para secretariá-los. **4. Ordem do Dia:** As acionistas da Companhia realizam essa assembleia para deliberar sobre: **(a)** a aprovação da doação de insumos pela Companhia em favor da donatária **Associação Movimento Uniao Br**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.358.903/0001-26; e **(b)** a autorização para que a administração tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento da deliberação ora aprovada. **5. Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, as acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue: 5.1. Aprovar a doação de insumos destinados ao atendimento de emergência humanitária na Venezuela, a ser realizada pela Companhia em favor da donatária **Associação Movimento Uniao Br**, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.358.903/0001-26, com sede na Avenida Antônio Torres Galvão, nº 221, CXPST 219, Imbiribeira, Recife/PE, CEP: 51.160-330, no montante máximo de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). 5.2. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação acima aprovada. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e sua publicação com omissão da assinatura dos acionistas, nos termos do §1° e §2° do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Presença: Amil Assistência Médica Internacional S.A. e Santa Helena Assistência Médica S.A. Certifico que a presente é a cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 02 de julho de 2026. **Francileuda Lima Caminha Dias** - Presidente. **Carlos Eduardo Lourenço** - Secretário. JUCESP nº 298.912/26-0 em 24/07/2026. MARINA CENTURION DARDANI - Secretária Geral.

TERMINAL DE VEÍCULOS DE SANTOS S.A.

CNPJ/MF nº 07.380.119/0001-86 - NIRE 3530057591-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 27 de Abril de 2026

(lavrada na forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º e parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações)

Data. Hora e Local: Em 27 de abril de 2026, às 13:00 horas, na sede da Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n° 413, 10° andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011. **Convocação:** Conforme previsto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n° 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), foi dispensada a convocação, visto estar presente a totalidade dos acionistas. **Presença:** Presentes acionistas representando 100% das ações do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas ao final desta ata. **Publicações:** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, publicados no jornal Monitor Mercantil, na versão digital e na versão impressa na página 12, ambos no dia 25 de abril de 2026, conforme previsto no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações e dispensada a publicação do anúncio a que se refere o artigo 133, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa:** Sr. Daniel Pedreira Dorea, **Presidente** e Sr. Mauricio Carvalho Reis, **Secretário. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2025; **(ii)** deliberar sobre o resultado do exercício social findo em 31.12.2025, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **(iii)** deliberar sobre o valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** deliberar sobre **(i)** as alterações do parágrafo 1º do artigo 9º e do artigo 12 do Estatuto Social; **(ii)** a eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estende até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras a realizar-se em 2029; **(iii)** a rerratificação da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30.04.2021, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em sessão de 30.08.2021 sob o protocolo n° 0778745211, em cumprimento ao Boletim Administrativo ("B.A.") n° 3.202.596/21-4 expedido pela referida Junta em 15.09.2021; e **(iv)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária com as seguintes deliberações: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovadas as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; **(ii)** Aprovada, sem ressalvas, a proposta da Diretoria sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2025 e a distribuição de dividendos no montante total de R$ 53.667.414,57 (cinquenta e três milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos), sendo: (i) R$ 13.416.853,64 (treze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos), referentes aos dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) R$ 27.354.105,21 (vinte e sete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinco reais e vinte e um centavos), referentes aos dividendos complementares, correspondendo ao valor de R$ 0,262728841 por ação. Fica consignado, ainda, que foram devidamente declarados e pagos dividendos intercalares no valor total de R$ 26.313.309,36 (vinte e seis milhões, trezentos e treze mil, trezentos e nove reais e trinta e seis centavos), conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02.02.2026, sendo referido montante imputado ao dividendo obrigatório do exercício social findo em 31.12.2025; **(iii)** Foi aprovada a remuneração anual global para os administradores fixada em R$ 100.000,00 (cem mil reais). **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Foram aprovadas as alterações do parágrafo 1º do artigo 9º e do artigo 12 do Estatuto Social para refletir os poderes da administração e suas outorgas, passando a prevalecerem com a seguinte redação: "*Artigo 9º (...) Parágrafo 1º - O prazo de gestão de cada Diretor é de 3 (três) anos, permitida a recondução." "Artigo 12 - A Companhia será representada da seguinte forma: (a) por 2 (dois) Diretores, em conjunto; (b) por qualquer diretor em conjunto com um procurador indicado na forma do item "(a)", acima, nos limites de seu mandato; (c) mediante autorização da Diretoria, poderá constituir procuradores para, sempre em conjunto de dois, com mandato especial, dar cumprimento e executaras obrigações assumidas pela Companhia, em especial, mas não se limitando, para (i) realizar pagamentos diários das obrigações assumidas pela Companhia, através de cheques, ordens de pagamento e transferências eletrônicas; (ii) assinar contratos de câmbio relativos, exclusivamente, aos compromissos assumidos pela Companhia; (iii) movimentar contas-bancárias, solicitar extratos bancários e efetuar a transferência de valores entre contas-corrente de titularidade de Companhia; (iv) requisitar e retirar talões de cheques e cheques devolvidos; e (v) assinar formulários, notificações, termos ou quaisquer outros documentos perante a Alfândega, Receita Federal e quaisquer outros órgãos da administração pública e/ou privada, direta ou indireta, em qualquer instância e que regulem ou venham a regular as atividades desenvolvidas pela Companhia. As procurações terão prazo limitado a 1 (um) ano e definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados; (d) por qualquer diretor ou procurador, para assinar contratos cujo valor total seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais); (e) por qualquer diretor ou procurador, isoladamente, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimentos pessoais, e é representada nos casos permitidos em lei, por prepostos nomeados, caso por caso, por via epistolar; e (f) isoladamente ou em conjunto, por paralegal(is), despachante(s) ou empregado(s), sem necessidade de limitação de prazo, em processos ou procedimentos de qualquer natureza, perante qualquer autoridade ou entidade governamental. Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia na forma do item "(a)", acima, e terão prazo de validade não superiora 12 (doze) meses, ressalvadas as procurações para o foro em geral e mais os atos extrajudiciais de representação e defesa perante pessoas jurídicas, de direito público ou privado ("ad judicia" e "et extra"), que poderão ser outorgadas por prazo de validade indeterminado.*". **(ii)** Aprovada a eleição dos membros da Diretoria com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras a realizar-se em **2029: Antonio Carlos Duarte Sepúlveda,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n° 62.278.276-9, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o n° 405.695.435-68, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n° 413, 10° andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, para o cargo de **Diretor-Presidente; Charles Xavier Albert Thibault,** francês, solteiro, administrador de empresas, portador do passaporte n° 19EE22843, e RNM (SISMIGRA) da Polícia Federal sob n° B281562P, inscrito no CPF/MF sob n° 073.964.318-59, com endereço profissional na Rua Joaquim Floriano, n° 413, 10° andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04534-011, para o cargo de **Diretor de Operações; Daniel Pedreira Dorea,** brasileiro, casado, administrador de empresas e advogado, portador da carteira de identidade n° 858269368, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o n° 007.966.045-25, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n° 413, 10° andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, para cargo de **Diretor Econômico-Financeiro;** e **Ricardo dos Santos Buteri,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade n° 1.119.214, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o n° 022.898.277-46, com endereço profissional localizado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, n° 413, 10° andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, para o cargo de **Diretor Comercial.** (ii.i) Os Diretores tomaram posse nesta data, conforme termo de posse e declararam não estar impedidos para exercer o cargo para o qual foram eleitos, nos termos do parágrafo 1º, artigo 1.011, da Lei n° 10.406, de 10 de junho de 2002, tendo sido apresentadas as declarações previstas no artigo 147, § 4º da Lei n° 6.404/76 e na Instrução CVM 80/2022, ambos arquivados na sede da Companhia. **(iii)** Foi deliberada e aprovada, por unanimidade e sem ressalvas, a rerratificação da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30.04.2021, arquivada na JUCESP em sessão de 30.08.2021 sob o protocolo n° 0778745211, em atendimento à exigência formulada pela referida Junta por ocasião da transferência da sede da companhia do Estado de Santa Catarina para o Estado de São Paulo, tendo em vista a ausência da consolidação do Estatuto Social Decorrente das deliberações então aprovadas. (iii.i.) Desta forma, a fim de sanar a omissão apontada, os presentes deliberam fazer constar expressamente que, naquela oportunidade, além das demais deliberações então aprovadas, foi também aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia cuja redação integral, para fins de referência, passa a constar do Anexo I à presente Ata ("Anexo I - Estatuto 2021"). (iii.ii) Fica consignado que a presente rerratificação não altera as demais deliberações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30.04.2021, permanecendo ratificados todos os demais termos, cláusulas e condições do ato anteriormente arquivado para todos os fins de direito. **(iv)** Aprovar a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, contemplando as deliberações aprovadas nos itens (i) e (ii) acima, bem como leves ajustes de forma e formatação, passando o referido Estatuto Social a vigorar na forma do Anexo II ("Anexo II - Estatuto 2026"). **(v)** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando ao arquivamento da presente Ata e de seus anexos perante a JUCESP e ao atendimento de eventuais exigências formuladas pelos órgãos competentes. **Acionista: Santos Brasil Participações S.A.,** representada por Antonio Carlos Duarte Sepúlveda e Daniel Pedreira Dorea. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que, após lida e conferida, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 27 de abril de 2026. **Daniel Pedreira Dorea -** Presidente; **Mauricio Carvalho Reis -** Secretário. **Assinatura do Acionista: Santos Brasil Participações S.A. - Daniel Pedreira Dorea -** Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores; **Antonio Carlos Duarte Sepúlveda -** Diretor Presidente. **JUCESP** nº 258.179/26-0 em 22/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

Ines249

BNDES: R$ 8 bi para capital de giro das empresas aéreas

Cobrir impacto do aumento de combustível com a crise no Oriente Médio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou nesta quinta-feira, 30 de julho, a possibilidade de acesso ao valor total de R$ 8 bilhões do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos, para quatro companhias aéreas que fazem o transporte doméstico no Brasil: Azul Linhas Aéreas Brasileiras, Ata Aerotáxi Abaeté, Gol Linhas Aéreas e Latam Airlines Brasil. Este crédito poderá ser utilizado pelas empresas aéreas até dezembro de 2026.

A linha de capital de giro visa apoiar os prestadores de serviços de transporte aéreo regular doméstico impactados pelo aumento dos custos de aquisição de combustível de aviação por meio da oferta de capital de giro para manutenção da sua sustentabilidade financeira. O custo do combustível de aviação quase dobrou entre abril e maio deste ano, decorrente da escalada do conflito no Oriente Médio.

"Os recursos vão apoiar as empresas que desempenham papel importante para a economia, contribuindo para a continuidade das operações e da oferta de transporte aéreo à população, para a manutenção de empregos e para mitigação da redução na malha ou descontinuidade de rotas. São companhias que já foram fortemente impactadas pelos efeitos da pandemia e que agora enfrentam o aumento de custo no combustível de aviação devido à guerra no Oriente Médio", explica o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé França, pontuou que o financiamento contribui para a sustentabilidade financeira das companhias. "A aviação civil é uma necessidade do Brasil, pelo tamanho do país, pelo número de cidades, pelo número de habitantes", acrescentou. Para o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Juliano Noman, a disponibilização dos recursos faz jus ao papel que o setor exerce na economia. "A aviação integra o país, gera emprego e ajuda o turismo a bater recorde. Cada novo destino nacional e internacional volta em turismo, PIB, desenvolvimento e emprego".

O uso do FNAC para apoio financeiro às empresas aéreas foi autorizado pela Lei nº 14.978, de 18/09/2024, diante da necessidade de serem criados instrumentos de financiamento para o desenvolvimento e sustentabilidade do setor de aviação civil, que já sofria impactos desde pandemia de Covid. A Medida Provisória nº 1.349, de 07/04/2026, estabeleceu as normas para a concessão de empréstimos para capital de giro, com o objetivo de mitigar os efeitos de choques recentes sobre os custos operacionais do setor, especialmente aqueles relacionados à elevação dos preços de combustíveis.

Novas exigências para habilitação de administradores de carteiras

A partir deste segundo semestre, os pedidos de habilitação de administradores de carteiras que não apresentarem as informações e os documentos mínimos exigidos não seguirão para análise. A orientação vale para solicitações de pessoas físicas e jurídicas avaliadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) no convênio com a Comissão de Valores Mobiliárias (CVM). A condição já é prevista na regulamentação.

A CVM estabelece que o prazo de 60 dias para análise começa a contar a partir do protocolo do último documento necessário para completar o pedido. O dispositivo também prevê que minutas e outros documentos com lacunas relevantes sejam desconsiderados. "Para apoiar a preparação das solicitações, reunimos as principais orientações na página de habilitação de administradores de carteiras.

Os documentos exigidos e as informações que devem ser apresentadas em cada caso estão detalhados no Guia para Habilitação de Pessoa Física e no Guia para Habilitação de Pessoa Jurídica.

Antes de concluir o protocolo, é importante verificar se todas as informações foram preenchidas e se os documentos previstos para o tipo de habilitação foram incluídos.

Os arquivos devem estar completos, em suas versões finais e com o conteúdo necessário para a avaliação do pedido. Nessa etapa, a Anbima analisa a documentação e encaminha à CVM os pedidos que atendem aos requisitos necessários para a decisão final. Solicitações sem as informações ou os documentos mínimos exigidos terão o protocolo cancelado e deverão ser apresentadas novamente após a regularização da documentação.

A orientação dos órgãos envolvidos é de o candidato consultar os materiais de apoio e realizar a conferência antes do envio, garantindo que o pedido esteja completo e possa seguir normalmente para análise.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI
CPL/SEMUG
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 023/SEMUG/2026, MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO, UASG: 982913, PROCESSO: nº JPR-010118/000938/2026, REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, REALIZAÇÃO: 18/08/2026, HORA: 11H. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Comunicamos que a sessão relacionada ao processo em questão será conduzida de forma eletrônica, exclusivamente pelo Portal do Compras.gov, acessível através do site "https://pncp.gov.br/". Neste ambiente, estarão disponíveis o Edital e seus anexos para consulta. Adicionalmente, ressaltamos que o Edital também estará acessível no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, corroborando com os Princípios da Transparência e Publicidade, conforme rege a Lei 14.133 de 01 de abril de 2021. **LIVIA DA SILVA MORAES DE ASSIS QUINTANILHA - PREGOEIRA.**

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 33.228.024/0001-51 - NIRE (JUCERJA): 33.3.0003135-9

FATO RELEVANTE
DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS VEÍCULOS S.A., na reunião de 30/07/2026, aprovou proposta da Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, no montante bruto de R$ 10.000.001,25 *(dez milhões de reais, um real e vinte e cinco centavos)*, do qual será deduzido o valor equivalente a 17,5% (dezessete e meio por cento) do valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos, que deverão comprovar esta condição até o dia 17 de agosto de 2026, enviando documentação comprobatória para: Postal: WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS VEÍCULOS S.A., aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores, Sr. Leandro Cardoso Massa. Endereço: Praia do Flamengo, nº 200, 19º andar, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.210-901; Correio Eletrônico (e-mail): dri@wlm.com.br. Os Juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício social do ano de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. Farão jus ao recebimento dos referidos juros sobre o capital próprio os Acionistas com posição final de ações da Companhia em 24 de agosto de 2026. O pagamento será efetuado na data de 31 de agosto de 2026. Valor bruto por ação ON (Ordinárias): R$ 0,2604234; Valor bruto por ação PN (preferenciais): R$ 0,2864657.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2026.
Leandro Cardoso Massa
Diretor de Relações com Investidores

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CUIDADO TOTAL – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS EM GERAL DA AREA DE SAUDE
AGESP – ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL E AGE – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
NA MODALIDADE HIBRIDA – SEMI PRESENCIAL

O Diretor Presidente da **CUIDADO TOTAL – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS EM GERAL DA AREA DE SAUDE**, registrada na JUCERJA sob o NIRE 33.4.0005673-6, e inscrita no CNPJ sob o nº de registro 30.985.231/0001-62, Sr. **Gabriel Rosa Barreto de Araujo**, no exercício das suas atribuições, convoca os cooperados para participarem da AGESP – Assembleia Geral Especial e AGE – Assembleia Geral Extraordinária a serem realizadas em conjunto no dia **11/08/2026 na Modalidade Hibrida Semi Presencial**, nas dependências do prédio onde está localizada a Filial Rio, no Auditório, à Avenida das Américas, 18000, Sala 508-A, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22790-704. Em primeira convocação às 8:00 h com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos cooperados; em segunda convocação as 9:00 h com a presença mínima de metade mais um dos sócios cooperados e em terceira e última convocação as 10:00 h com a presença mínima de 50 (cinquenta) associados ou 20% (vinte por cento) do total do quadro de sócios, prevalecendo o menor número dentre as duas alternativas de quórum. **Na data da presente convocação a cooperativa tem no total de seu quadro de associados 500 (quinhentos) cooperados. A Ordem do Dia da AGESP é a seguinte: 1)** Gestão da Cooperativa; **2)** Disciplina; **3)** Direitos e Deveres dos Sócios; **4)** Planejamento e Resultado Econômico dos Projetos e Contratos Firmados; **5)** Definição dos objetivos e interesses da Cooperativa; **6)** Organização do Trabalho. **A Ordem do Dia da AGE é a seguinte: 1)** Apresentação da Prestação de Contas para Deliberação da Assembleia relativa aos anos de 2023, 2024 e 2025 conforme itens a seguir: **a)** Apresentação do Relatório de Gestão da Diretoria; **b)** Apresentação da Prestação de Contas e do Balanço Patrimonial e DSPE – Demonstração de Sobras e Perdas do Exercício; **c)** Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal. **2)** Deliberação da Assembleia sobre a Prestação de Contas relativa aos anos de 2023, 2024 e 2025; **3)** Deliberação da Assembleia Sobre a Destinação/Rateio das Sobras ou Perdas relativa aos anos de 2023, 2024 e 2025; **4)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o mandato de um ano 2026/2027; **5)** Eleição dos membros da Diretoria para exercer o mandato no quadriênio 2026/2030; **6)** Registro da Ratificação da Entrada e Saída de Cooperados; **7)** Demais assuntos de interesse social. Niterói – RJ, 31 de julho de 2026.

Gabriel Rosa Barreto de Araujo
Diretor Presidente

SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, DE VIGILÂNCIA, DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA PRIVADA E RASTREAMENTO DE NUMERÁRIO, BENS E VALORES, DE TRANSPORTE DE VALORES, DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, DE CURSOS DE FORMAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

O Presidente da Comissão Eleitoral do SINDVIG-RIO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 59 do Estatuto Social, torna público o resultado final do processo eleitoral para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal para o quadriênio 2027/2030, realizado em 28 de julho de 2026, e proclama eleita a CHAPA "UNIÃO E RESISTÊNCIA", com a seguinte composição: I – DIRETORIA: Diretoria – Presidente: HUMBERTO ROCHA DA SILVA; Vice-Presidente: LEANDRO SIQUEIRA GONÇALVES; Secretário-Geral: MARIO CESAR DE OLIVEIRA PEREIRA; Secretário Adjunto: FELIPE DOS SANTOS SILVA; Tesoureiro-Geral: ROBERTO BARBOSA BRUNO; Tesoureira Adjunto: DENISE CRISTINA DE SOUZA RIBEIRO; Diretor de Relações Intersindicais: MARINO NOVATO CARDOZO; Diretor de Imprensa e Divulgação: JOMAR FIRMINO DOS SANTOS; Diretor de Formação Sindical: MAYCON BRENDLER DE ABREU; Diretora de Patrimônio: SONIA MARIA OLIVEIRA SANTOS; Diretor Cultural: DANIEL CARDOSO TEIXEIRA; Diretora de Lazer: ONÁSSIA CLEIDE DO NASCIMENTO HOPKINS; Diretor de Atividades Desportivas: MAC DOWELL BEZERRA CAVALCANTI NETO; Diretor de Assuntos Legislativos: VITOR HUGO GUILHERME DOS REIS; Suplentes de Diretoria: JUAREZ ALVES DA COSTA; LEUSIMAR CABRAL DOS SANTOS; ADY PAULO DE OLIVEIRA SANTOS; ADILSON DOS SANTOS; FELIPE FERREIRA DO NASCIMENTO; AYRES DE OLIVEIRA; RAFAEL PEREIRA DE LIMA; GILMAR JOSÉ DA SILVA; RONALDO FERREIRA BRUM; DEGUINALDO AUGUSTO DA SILVA; EDUARDO DOS SANTOS FERREIRA; ROBSON OLIVEIRA DOS SANTOS; SHEILA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA; Conselho Fiscal – CRISTIANO DE SOUZA DE ASSIS; MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS SILVA; OELITOM CRUZ DA SILVA; SIDNEY OLIMPIO DA SILVA; LUIZ CARLOS DA SILVA; Suplentes Conselho Fiscal – ABEL REGOTO PINHEIRO; MARCELO FAUSTINO DE SOUZA; ALAMIR FERREIRA PINTO; FABIO MARCIO DA SILVA ROCHA; e JOSÉ DA SILVA CAVALCANTE. Ficam, assim, proclamados eleitos os membros acima listados para o mandato correspondente ao quadriênio de 2027 a 2030. Rio de Janeiro, 30 de julho de 2026.

Sérgio Luiz da Silva - Presidente da Comissão Eleitoral.

AGROPECUÁRIA CRUBIXAIS LTDA.
CNPJ nº 01.124.455/0001-81 - NIRE: 33.2.0549720-6
Estrada dos Pirineus, s/nº, Fazenda Horizonte Novo,
Pirineus, Silva Jardim/RJ, CEP 28.820-000
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos o sócio **GUILHERME OBERLAENDER DE ALMEIDA** da **AGROPECUÁRIA CRUBIXAIS LTDA.** ("Sociedade"), nos termos dos art. 1.152, §3º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), para Reunião de Sócios a ser realizada no dia **6 de agosto de 2026, às 11 horas, em primeira convocação**; e no dia **11 de agosto de 2026, no mesmo horário, em segunda convocação**, a ser realizada exclusivamente em caráter digital, com a seguinte ordem do dia: **(i)** prestação de contas sobre a movimentação bancária no montante de R$740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais), ocorrida em 21/07/2026, nos termos do art. 1.020 do Código Civil; **(ii)** ratificação ou impugnação da prestação de contas do item 1 e de qualquer saque, transferência ou movimentação financeira realizada ou anunciada na conta da Sociedade que não corresponda a despesa operacional comprovada; **(iii)** aprovação da 8ª Alteração do Contrato Social, para modificar a Cláusula 5ª do Contrato Social, nos termos dos arts. 1.071, V, do Código Civil; e **(iv)** outros assuntos de interesse social correlatos às matérias acima. **INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Tendo em vista que a reunião de sócios será realizada na modalidade exclusivamente digital, por meio da plataforma **Zoom**, sem a possibilidade de comparecimento físico na sede social da Sociedade, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, o sócio deverá solicitar seu cadastro prévio por meio do e-mail **monique@arnaudbogado.adv.br**, com o assunto "Participação Reunião Agropecuária Crubixais", apresentando simultaneamente a documentação que comprove sua identidade ou representação legal. 2. Para participar da Reunião de Sócios, o sócio deverá enviar, em anexo ao e-mail indicado no item 1 acima, cópia autenticada ou documento de identidade original com foto. O sócio que desejar ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos do art. 1.074, §1º, do Código Civil. O procurador deverá apresentar, juntamente com a procuração, (i) e-mail e telefone de contato; (ii) cópia de documento de identidade original com foto; e (iii) os demais documentos do sócio representado. 3. Após comprovação do cadastro e da regularidade dos documentos, serão enviados, por e-mail, as instruções e o link para participação por meio da plataforma digital, observadas as condições e o prazo dispostos nos itens acima. O link recebido será pessoal e não poderá ser compartilhado, sob pena de responsabilização. 4. Os documentos indicados no item 2 acima devem ser enviados ao e-mail indicado no item 1 acima, com 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário estipulado para abertura dos trabalhos da Reunião de Sócios. 5. Para todos os fins legais, a Reunião de Sócios será considerada como realizada na sede social da Sociedade. 6. Informações adicionais poderão ser solicitadas por meio do e-mail monique@arnaudbogado.adv.br. A ata da Reunião de Sócios será lavrada em livro próprio e levada a registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 1.075, §2º, do Código Civil. Silva Jardim/RJ, 29 de julho de 2026. **Gustavo Américo Oberlaender de Almeida** - Sócio Administrador.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Presidente do Conselho Deliberativo convoca os associados quites com suas obrigações sociais a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE). A reunião ocorrerá de forma híbrida (presencial e remota) no dia 19 de agosto de 2026 (quarta-feira), às 16h, na sede da entidade (rua Araújo Porto Alegre, 71, Rio de Janeiro) ou por meio da plataforma de teleconferências Zoom, a fim de analisar e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Deliberação sobre a concessão de título de Sócio Benemérito, conforme indicação do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da entidade, aos seguintes associados: • Fichel Davit Chargel, • Lygia Jobim. 2 Deliberação sobre a concessão de título de Sócio Benemérito In Memoriam (Homenagem Póstuma), conforme indicação da Diretoria Executiva da entidade, aos associados: • Barbosa Lima Sobrinho, • Mauricio Azêdo, • Fernando Segismundo. Ricardo Moraes - Presidente do Conselho Deliberativo. Rio de Janeiro, 31 de julho de 2026.

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - NIRE: 3330008217-4
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG** a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a se realizar no próximo dia **28 de agosto de 2026, às 11h (onze horas),** em primeira convocação, no endereço Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 06, salas 101, 201, 301, 401, 501 e 601, Barra da Tijuca/RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: **1.** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e do Presidente do órgão. Informamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, os documentos constantes da Ordem do Dia, conforme previsão legal. Os representantes dos acionistas deverão comparecer à AGE munidos de instrumento de procuração. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

Rio de Janeiro (RJ), 29 de julho de 2026.
Pedro Larrea Paguagá - Presidente do Conselho de Administração

---

Edital de Convocação para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ASSOCIAÇÃO BAIXO GÁVEA TÁXI, CNPJ nº 13.056.337/0001-62, com sede a Rua General Polidoro, 69 apt 305 – Botafogo – Rio de Janeiro – Cep: 22.280-004 , por motivo da não convocação da **1º Prestação de Contas do ano de 2025. 2º Eleição de Diretoria. 3º Eleição do Conselho Fiscal. 4º Eleição do Conselho de Ética e Disciplina** pelo Presidente , conforme Artigo 26, Parágrafo Único do Estatuto Social, vem através de 1/5 dos associados vem convocar Assembléia para Eleições Gerais e Prestação de Contas conforme itens abaixo, no uso das atribuições estatutárias, convoca seus 28 (vinte e oito) associados, em dia com suas obrigações sociais, para **Assembléia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia **10/08/2026**, na Praça Santos Dumont - Gávea – Rio de Janeiro – Cep: 22.470-060 , 1ª convocação às 09:00 horas, e, 2ª convocação às 10:00 horas, convoca seus associados para tratar dos seguintes assuntos: **1º Prestação de Contas do ano de 2025. 2º Eleição de Diretoria. 3º Eleição do Conselho Fiscal. 4º Eleição do Conselho de Ética e Disciplina. 5º Mudança de endereço. 6º Assuntos Gerais.** Rio de Janeiro, 29 de Julho de 2026. Conforme Artigo 26, Parágrafo Único do Estatuto Social 1/5 dos associados: Rufino R. do Nascimento, Jose Paulo Magalhaes, Francisco Nilton Moreno, João Simão de Melo, Victor Lima, Andre Luiz Soares Gonçalves, Atarciso Jose Moreno, Mauro dos Santos, Fabiano Sousa do Nascimento.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444